

Relatório da Administração

Apresentação

A Vivara Participações S.A. (B3: VIVA3; Bloomberg: VIVA3 BZ), a maior rede de joalherias do Brasil, apresenta hoje seus resultados do ano de 2019.

Para garantir a comparabilidade entre os períodos, as informações financeiras e operacionais, acumuladas de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, reportadas no Relatório da Administração a seguir, referem-se à combinação dos negócios da indústria, por meio da subsidiária Conipa e do varejo, através da subsidiária Tellerrina.

Já as Demonstrações Financeiras trazem as informações individuais e consolidadas da Vivara Participações S.A., acumuladas entre 23 de maio de 2019, quando da sua constituição, até 31 de dezembro de 2019. As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB” e estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

Mensagem da Administração

A Vivara foi criada em 1962 e desde então passou por vários ciclos de renovação. Nesses quase 60 anos de existência, começamos como uma pequena joalheria no centro de São Paulo e chegamos aos principais shoppings do país, como uma marca presente na mente e na vida dos brasileiros. Depois do movimento inicial de expansão, tivemos o grande desafio de nos consolidar e buscar novas avenidas de crescimento – chegamos à todas as regiões do Brasil e diversificamos nosso portfólio, por meio de novas categorias de produtos e novas marcas. Ganhamos escala na produção de peças e fortalecemos a nossa marca.

Iniciamos 2019 com um planejamento arrojado em mente, que nos colocaria em uma posição privilegiada para aproveitarmos a oportunidade de consolidação que temos à nossa frente. Iniciamos a preparação da nossa oferta pública de ações já no início do ano. Dedicamos time, tempo e esforço ao projeto. No dia 10 de outubro tocamos o sino da B3, e marcamos o início da nossa jornada como companhia pública. As vezes nos perguntam, o que mudou para nós desde o IPO? Ganhamos sócios, acionistas com os quais passamos a nos relacionar, montamos um conselho de administração de alto nível, que reúne membros com habilidades distintas e complementares, formando um time multidisciplinar com o qual passamos a compartilhar as nossas decisões estratégicas. A forma de conduzir os negócios, mudou pouco, continua focada nos mais altos padrões de controle e rigidez na operação, afinal, esses foram os principais elementos que nos trouxeram até aqui.

Atingimos resultados importantes no ano: a receita bruta foi de R\$ 1,5 bilhão, crescimento de 9,8% em relação ao ano anterior. Avançamos 0,3 p.p. na nossa rentabilidade bruta, atingindo 68,1% mesmo com o aumento do preço da matéria-prima a margem EBITDA ajustada foi de 23,2%, mesmo com a aceleração da expansão e aumento da estrutura administrativa.

Nosso histórico de crescimento consistente nos dá confiança na execução do desafio de acelerar nossa expansão orgânica nos próximos cinco anos. Mas nada disso é possível sem um time engajado e disposto a fascinar nossos clientes, oferecendo os presentes certos para todas as ocasiões. Neste ano reforçamos nossas equipes, encerramos o ano com 3.243 colaboradores diretos, crescimento de 10,0% em relação ao ano anterior. O volume de treinamento também cresceu, foram 54 horas de treinamento por colaborador, acima das 31 horas do ano anterior. Nossa plataforma de e-learning ganhou novos cursos, alinhados às novas demandas do consumidor e focados em suportar nosso time de vendedores para garantir a melhor experiência aos clientes. E as nossas 20 lojas escola sempre formando equipes de alta performance, garantindo que, nesse próximo ciclo de crescimento, nossos valores corporativos sejam preservados.

Avançamos também nas práticas sustentáveis, transversais ao nosso negócio. Estruturamos a área de sustentabilidade e nos tornamos membros da IRMA – Iniciativa para a Garantia de Mineração Responsável, um esforço multisetorial global com mais de 10 anos de atuação na busca por um padrão pioneiro para mineração responsável, lançado em 2018. Também nos tornamos signatários do Pacto Global da ONU e dos Princípios de Empoderamento Feminino da ONU Mulheres, e somos a única joalheria brasileira membro do Responsible Jewellery Council, organização mundial que busca difundir as melhores práticas sustentáveis entre empresas do setor. Nosso parque de lojas também evoluiu bastante ao longo de 2019. Inauguramos 31 pontos de venda e atingimos a marca de 253 lojas em operação em todas as regiões do País.

Olhando atentamente para as transformações do varejo e dos hábitos de consumo, seguimos empenhados em investir na constante atualização do modelo de negócio, na evolução de uma cadeia transparente, moderna e sustentável e em oferecer aos nossos clientes uma experiência de consumo diferenciada, com um mix de produtos versátil, por meio das marcas Vivara e Life by Vivara – combinando qualidade e design.

A conveniência do canal digital também se torna foco de investimento para nós. Já somos omnichannel e vamos aumentar ainda mais essa integração dos canais online e offline, transformando nossas lojas físicas em centros de distribuição, através da integração dos nossos estoques. Estamos acompanhando atentamente os desdobramentos recentes relacionados ao COVID-19, observando com a devida atenção as orientações das autoridades brasileiras e internacionais. A Companhia vem adotando diversas medidas de prevenção para preservarmos a saúde de seus colaboradores, fornecedores e parceiros, assim como a saúde de nosso negócio. É importante ressaltar que o tempo de duração da situação de restrição da população em suas casas, além do alcance e intensidade que o vírus poderá se espalhar nas diferentes regiões do país, fazem com que, nesse momento, a Companhia não tenha uma estimativa dos impactos do COVID-19 sobre seus resultados em períodos subsequentes.

Reforçamos, sobretudo, que temos solidez financeira, com alta liquidez imediata e recursos matriciais para atravessar esse período desafiador.

Agradecemos a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores, clientes pela confiança em nossa Companhia.

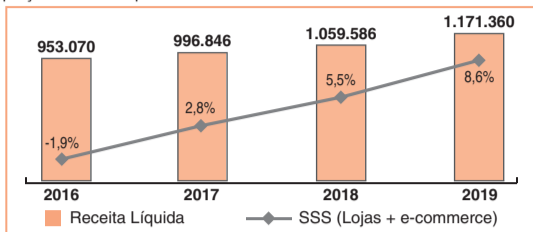
São Paulo, 23 de março de 2020.

Marcio Kaufman – Diretor Presidente

Comentário de Desempenho Financeiro

A receita bruta, líquida de devoluções da Companhia cresceu 9,8% em 2019, impulsionada pelos 31 novos pontos de vendas, bem como pela operação das lojas maduras. Isoladamente, a receita das lojas físicas expandiu 10,2%, com o SSS de 7,5%, considerando o e-commerce o SSS foi de 8,6%. O desem-

penho foi impulsionado pelo maior volume de peças vendidas, principalmente no primeiro semestre. Os repasses de preços iniciados a partir do terceiro trimestre também se refletiram nesse desempenho.

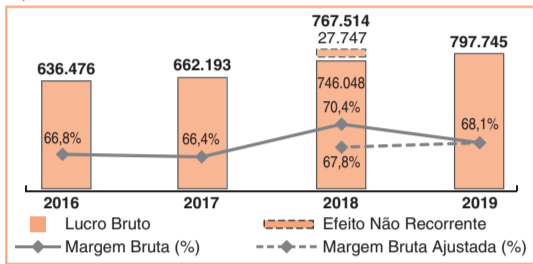


A receita líquida do período atingiu R\$ 1.171,4 milhão, 10,5% acima do ano anterior. No ano, a composição do crescimento total de vendas ficou distribuída em 50% volume e 50% preço. O e-commerce cresceu 20,6% e atingiu 7,1% de participação nas vendas totais da Companhia, um incremento de 0,6 p.p. em relação ao ano anterior, reflexo da adequada estratégia de marketing digital, que trouxe mais fluxo de clientes e aumento nos pedidos faturados.

A evolução de 10,2% da receita das lojas físicas, que incluem as Lojas Vivara, Life e Quiosques, reflete o bom ritmo de vendas dos itens de coleções, tanto de joias, quanto de Life, que seguem ganhando participação no mix. As vendas dos canais físicos foram impulsionadas, principalmente, pelas Lojas Vivara, que isoladamente cresceram 10,8%.

Lucro Bruto e Margem Bruta

O Lucro Bruto de 2019 totalizou R\$ 797,8 milhões, crescimento de 6,9% comparado ao mesmo período do ano anterior, com recuo de 2,3 p.p. na Margem Bruta, que atingiu 68,1%. A Margem Bruta registrada reflete a boa aceitação das coleções lançadas no período, com maior participação de joias no mix de vendas. Esse resultado mostra uma importante evolução na margem ao longo do ano, reduzindo, no segundo semestre, a pressão registrada na primeira metade do ano, reflexo da adequada estratégia de precificação da Companhia.



Excluído o efeito não recorrente de R\$ 27,7 milhões em 2018, referente a diferenças de mark-up das transações intercompany, a Margem Bruta de 2019 expandiu 0,3 p.p., na comparação com o ano anterior.

Despesas Operacionais

Despesas Operacionais (R\$ mil)	2019	2018	Δ %
Despesas Operacionais	(498.066)	(480.449)	3,7%
Despesas Operacionais/Receita Líquida (%)	-42,5%	-45,3%	2,8 p.p.
Despesas com Vendas	(360.069)	(369.790)	-2,6%
Despesas com Vendas/Receita Líquida (%)	-30,7%	-34,9%	4,2 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	(137.997)	(110.659)	24,7%
Despesas Gerais e Administrativas/Receita Líquida (%)	-11,8%	-10,4%	(1,3 p.p.)
Outras Despesas Operacionais	107.442	7.114	1410,3%
Total de Despesas	(390.624)	(473.336)	-17,5%

Em 2019, as Despesas Operacionais (Vendas, Gerais e Administrativas – ex-depreciação) cresceram 3,7% em relação ao ano anterior, refletindo a adoção do IFRS 16, que reduziu esta conta em R\$ 47,6 milhões, além de R\$ 14,9 milhões de despesas não recorrentes, referentes ao IPO. Em bases comparáveis, as Despesas Operacionais teriam aumentado 10,4%, para R\$ 530,4 milhões, representando 45,3% da Receita Líquida do período.

As Despesas com Vendas ficaram 2,6% menores que o ano anterior, em função da adoção do IFRS 16, conforme mencionado acima. Em bases comparáveis, estas despesas cresceram 9,4% no período, explicado (i) pelo reconhecimento de despesas pré-operacionais das novas lojas, principalmente, nas linhas de pessoal e aluguéis e condomínios; e (ii) pelo crescimento das despesas com fretes, principalmente, reflexo do aumento da operação de e-commerce, e da adição de mais pontos de vendas ao parque. Outras despesas com vendas foram impactadas pelo aumento dos tributos, referente ao diferencial de alíquota de ICMS interestadual.

As Despesas Gerais e Administrativas cresceram 24,7%, principalmente, (i) pelo aumento das despesas com serviços de terceiros pela contratação de consultorias voltadas para suportar a estratégia de da Companhia; (ii) pelo aumento das despesas com pessoal, relacionado ao aumento de quadro administrativo, para reforço de áreas estratégicas e da estrutura de governança corporativa; e (iii) pelo reconhecimento de R\$ 14,9 milhões de despesas não recorrentes, referentes ao IPO.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas em 2019 foram de R\$ 107,4 milhões comparativamente a R\$ 7,1 milhões em 2018, em razão do reconhecimento dos créditos de PIS e COFINS, referente à imputação do crédito protocolada na Receita Federal em maio de 2019. O montante equivalente ao principal totalizou R\$ 103,7 milhões.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora	Consolidado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.239	435.844
Contas a receber	6	–	425.833
Partes relacionadas a receber	19	60.775	–
Estoques	7	–	348.034
Impostos a recuperar	8	3.155	95.247
Despesas pagas antecipadamente e outros créditos	16	388	7.671
Instrumentos derivativos ativo	–	–	6.796
Total do ativo circulante		72.557	1.319.425
Não Circulante			
Depósitos judiciais	17	–	13.680
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b)	–	54.200
Instrumentos derivativos ativo	16	–	2.715
Impostos a recuperar	8	–	168.344
Investimentos	9	1.033.469	–
Intobilizado	10	–	311.620
Intangível	11	–	9.546
Total do ativo não circulante		1.033.469	560.105
Total do Ativo		1.106.026	1.879.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para o período de 23 de maio (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Controladora	Consolidado
Receita Líquida de Vendas de Mercadorias e Serviços Prestados	21	–	749.667
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	22	–	(215.869)
Lucro Bruto			533.798
Recargas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	22	–	(224.148)
Despesas gerais e administrativas	22	(1.164)	(121.398)
Resultado de equivalência patrimonial	9	269.429	(88)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	–	104.758
Lucro antes do Resultado Financeiro		268.265	292.922
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	25	11	64.709
Despesas financeiras	26	(1)	(40.389)
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		268.275	317.242
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	20.a)	(10.304)	(60.151)
Diferidos	20.b)	–	880
Lucro Líquido do Período		257.971	257.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para o período de 23 de maio (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$)

	Consolidado	Controladora
Lucro Líquido do Período	257.971	257.971
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado Abrangente Total do Período	257.971	257.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o período de 23 de maio (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 23 de maio de 2019 (data da constituição)		1	–	–	1
Aporte de capital – cessão de cotas	9	651.908	–	–	651.908
Aporte de capital – oferta pública de ações (IPO)	18.a)	453.472	–	–	453.472
Custos de emissão de ações – oferta pública de ações (IPO)	18.a)	(53.041)	–	–	(53.041)
Lucros não realizados em operações de controladas, líquidos dos impostos	–	–	–	(205.084)	(205.084)
Lucro líquido do período	–	–	–	257.971	257.971
Constituição de reserva legal	18.c)	–	2.644	(2.644)	–
Constituição de reserva estatutária	18.c)	–	7.301	(7.301)	–
Dividendos distribuídos	18.c)	–	–	(2.942)	(2.942)
Juros sobre capital próprio distribuídos	18.c)	–	–	(12.561)	(12.561)
Distribuição adicional de Juros sobre capital próprio	18.c)	–	27.439	(27.439)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.052.340	37.384	–	1.089.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o período de 23 de maio (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

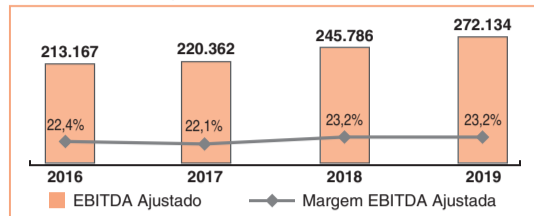
1 Contexto Operacional

A Vivara Participações S.A. (“Vivara Participações” ou “Companhia”) é a “holding” que controla o Grupo Vivara, fundado em 1962, que tem por objeto a fabricação e venda de joias e outros artigos. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as demonstrações financeiras da Companhia e das controladas Tellerrina Comércio de Presentes e Artigos para Decoração S.A. (“Tellerrina”) e Conipa Indústria e Comércio de Presentes, Metais e Artigos de Decoração Ltda. (“Conipa”). Os controladores da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 20. A Vivara Participações tem sua sede social na cidade de São Paulo-SP, e tem como atividades preponderantes a participação em outras sociedades,

na qualidade de cotista, ou acionista, holding de instituições não financeiras e agente de propriedade intelectual. A Companhia foi constituída em 23 de maio de 2019 e conforme instrumento de conferência de participação societária de 15 de junho de 2019, foi realizado o aporte das participações societárias das atuais controladas Tellerrina e Conipa. Todos os direitos e obrigações, de qualquer natureza, incluindo os efeitos e resultados patrimoniais da referida conferência de participação societária, a partir de 1º de junho de 2019 são atribuídos à Vivara Participações, conforme documento de anuência assinado pelos acionistas. A Tellerrina tem sua sede social na cidade de Manaus-AM e centro administrativo na cidade de São Paulo-SP. A Tellerrina tem como atividades preponderantes, por meio da rede de lojas sob a bandeira

EBITDA Ajustado

Como consequência do bom ritmo de vendas e a correta composição de estoque, a Companhia registrou R\$ 272,1 milhões de EBITDA Ajustado, crescimento de 10,7%, em relação ao ano anterior, com margem de 23,2%, estável entre os períodos.



Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro líquido do ano 2019 foi de – R\$ 2,5 milhões comparativamente a –R\$ 36,1 milhões em 2018, efeito do reconhecimento de – R\$ 24,8 milhões de encargos de Encargos sobre arrendamentos de direito de uso, bem como do pelo impacto não recorrente de R\$ 53,7 milhões na correção monetária dos créditos tributários da tributação do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. Excluindo os dois efeitos o resultado financeiro foi negativo em –R\$ 31,3 milhões, 13,2% menor que no ano anterior, em razão do menor custo de financiamento, bem como pelo rendimento do montante captado na oferta pública de ações em outubro de 2019.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Imposto de renda e contribuição social do ano foi de R\$ 40,9 milhões comparativamente a R\$ 23,0 milhões em 2018. A alíquota efetiva de 11,4% em 2019 foi beneficiada pela declaração de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no montante de R\$ 40,0 milhões a ser ratificado na Assembleia Geral de Acionistas, que será realizada em abril.

Lucro Líquido

Lucro Líquido (R\$ mil)	2019	2018	Δ %
Lucro Líquido	318.251	198.435	60,4%
Margem Líquida (%)	27,2%	18,7%	8,4 p.p.
Efeitos não recorrentes	(101.262)	(18.313)	na
Lucro Líquido Recorrente	216.989	180.122	20,5%
Efeito líquido do IFRS 16	7.717	–	na
Lucro Líquido Ajustado	224.706	180.122	24,8%
Margem Líquida Ajustada (%)	19,2%	17,0%	2,2 p.p.

⁽¹⁾ Lucro Líquido Ajustado é uma medida não contábil e não faz parte do escopo da auditoria. A medida foi utilizada pela Companhia para melhor comparabilidade dos períodos analisados. Para tal medida, a Companhia excluiu o efeito não recorrente referente a ação do ICMS na base de PIS/COFINS, o efeito não-recorrentes de despesas do IPO, bem como o efeito da adoção do IFRS 16, a partir de janeiro de 2019.

A Companhia atingiu Lucro Líquido de R\$ 318,3 milhões em 2019, crescimento de 60,4 em relação ao ano anterior, em razão do reconhecimento de itens não recorrentes no período. Em bases comparáveis, excluindo o efeito da adoção do IFRS 16, que afetou negativamente o resultado líquido em R\$ 7,7 milhões, bem como os itens não recorrentes líquidos do período, que beneficiou o resultado em R\$ 101,3 milhões, lucro líquido do ano atingiu R\$ 224,7 milhões, crescimento de 24,8%, em relação a 2018, consequência da melhoria do resultado operacional do período.

Declaração dos Diretores

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido em 23 de março de 2020, com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período de 23 de maio a 31 de dezembro de 2019.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu (Deloitte), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Deloitte não prestou outros serviços adicionais que ultrapassem 5% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Vivara. Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. A Deloitte Touche Tohmatsu (Deloitte) declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

Agradecimentos

Queremos agradecer a todos nossos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores, parceiros e comunidade em geral pela confiança e parceria ao longo do ano de 2019.

São Paulo, 23 de março de 2020.

A Diretoria

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o período de 23 de maio (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Controladora	Consolidado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do período	–	257.971	257.971
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido	–	–	–
gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	22	–	29.133
Encargos e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	16	–	11.973
Encargos sobre arrendamento direto de uso locação	28	–	14.443
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	20.b)	10.304	59.277
Provisão para perdas de estoque	7	–	2.220
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17	–	(428)
Perdas esperadas de crédito	6	–	37
Resultado de equivalência patrimonial	9	(269.429)	88
Parcelamento de tributos	15	–	112
Baixa de ativo imobilizado e intangível	24	–	225
Créditos tributários	8	–	(103.658)
Atualização monetária depósitos judiciais e impostos a recuperar			

... continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o período de 23 de maio (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais contas sujeitas a premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Notas explicativas nº 10 e nº 11 – vida útil e análise do valor recuperável ("impairment") do imobilizado e intangível. • Nota explicativa nº 16 – valor justo dos instrumentos financeiros derivativos. • Nota explicativa nº 17 – provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas. • Nota explicativa nº 20.b) – imposto de renda e contribuição social diferidos. **2.6. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida. • Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis aquelas usadas pela Companhia. Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre a Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas, conforme demonstrado a seguir:

Controladas	% de participação
Tellerina	99,99
Conipa	99,99

3 Principais Políticas Contábeis

a) Critério de reconhecimento de receita: A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e o cliente obtiver o controle desse produto, preço for identificável e cumpridas as obrigações de performance. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas. **b) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidas para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro. **c) Instrumentos financeiros:** Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes em função de sua característica de negociação antes do vencimento.

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingir tanto pelo reconhecimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e ou passivos financeiros.

	Consolidado CPC 48/IFRS 9
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	5
Contas a receber	7
Instrumento derivativo – "swap"	30
Total ativos financeiros	42
Fornecedores	13
Empréstimos	17
Passivo de arrendamentos direito de uso a pagar	29
Total passivos financeiros	59

Instrumentos derivativos: A Administração utiliza instrumentos financeiros derivativos classificados como "swaps" para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de "hedge". Estes instrumentos são classificados como instrumentos financeiros "mensurados ao valor justo" e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro. **d) Demonstração do valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Itens em dinheiro em caixa, em depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com prazos para resgate de até 90 dias da data da aplicação. Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósito Bancário – CDBs e são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de apresentação das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de realização. **f) Contas a receber e provisão para perdas esperadas de crédito:** As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pelas vendas de mercadorias e estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para perdas esperadas de crédito. Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira pelo custo amortizado. A provisão para perda esperadas de crédito é mensurada na data da transação considerando a vida toda dos recebíveis. A Companhia adota método de crédito com base na experiência histórica de perdas baseadas na idade média de vencimento por faixa de títulos. **g) Estoques:** Mensurados pelo valor de aquisição ou produção e outros custos incorridos em traz-los às suas localizações e condições existentes. No caso de estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal. Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas, quando aplicável. **h) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos são reconhecidos no resultado financeiro. **i) Intangível:** Reconhecido pelo menor valor de estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e o comparativo são as seguintes:

Vida útil – anos	
Máquinas e equipamentos	10
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Haveres	10
Benefícios em propriedade de terceiros	5
Direito de uso locação de imóveis	4 a 10
Veículos	5

A vida útil estimada dos bens do imobilizado são revisadas anualmente na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente. **i) Intangível:** Representado pelo custo de aquisição de exploração de ponto comercial com amortização determinada conforme o prazo do contrato de locação, que para as lojas e quiosques são de cinco anos. A aquisição de ponto comercial não é feita para todos os pontos de venda da rede, pois em determinadas localidades esse custo não é necessário. Registram também os softwares adquiridos de terceiros, inclusive os em desenvolvimento. **j) Investimento:** Os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais são ajustados pelo método de equivalência patrimonial. **k) Redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment"). **l) Provisões:** Reconhecidas quando: • A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. • São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos. **m) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem as despesas bancárias que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **n) Imposto de renda e contribuição social: Impostos correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente à R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa quando elas forem realizadas, com base nas leis que foram decretadas, ou substantivamente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles estão relacionados a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **Incentivos fiscais – lucro da exploração:** Devido ao fato de sua fábrica de joias estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e mediante o Ato Declaratório Executivo da Delegação da Receita Federal em Manaus nº 146, de 25 de novembro de 2011, a Conipa possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre as vendas dos produtos de fabricação própria produzidos na Zona Franca de Manaus, reconhecido no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de capital no patrimônio líquido. Em virtude do benefício concedido, a Conipa está obrigada a: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ e em

atividade diretamente ligada à produção na área de atuação da SUDAM; (iii) constituição de reserva de capital com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Conipa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria. **o) Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis. **p) Segmentos operacionais:** Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia, que é o CEO do Grupo, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

4 Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações Emitidos pelo CPC e IASB e Normas Publicadas Vigentes a partir de 2019

CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos: CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, que substituiu o CPC 06 (R1)/IAS 17 – Arrendamentos, elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e arrendamentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019. Além disso, a norma exige o reconhecimento de um ativo (o direito de usar o item arrendado) e um passivo financeiro relativo aos de aluguéis futuros descontados a valor presente para praticamente todos os contratos de arrendamento. Despesas com arrendamento operacional são substituídas por despesas de depreciação relacionadas ao direito de uso e despesas de juros relacionadas ao passivo de arrendamento. Anteriormente, a Companhia reconhecia principalmente despesas de arrendamento operacional pelo método linear pelo prazo do arrendamento e reconhecia os ativos e os passivos somente na medida em que houvesse uma diferença de tempo entre os pagamentos reais do arrendamento e o período de competência da despesa de aluguel. Assim, indicadores de desempenho como o EBITDA ("Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization") e, em menor medida, o resultado operacional serão positivamente impactados; inversamente, o resultado financeiro será afetado negativamente. Por fim, o lucro líquido também será afetado, pois a despesa total de arrendamento (despesa de depreciação somada despesa financeira) é geralmente maior no início do contrato e diminui ao longo do tempo, ao contrário de um encargo linear sob o padrão atual. Adicionalmente, o caixa líquido das atividades operacionais será maior, uma vez que os pagamentos em dinheiro pela parte principal do passivo de arrendamento e os juros relacionados serão classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento. A adoção da norma CPC 06 (R2)/IFRS 16 afetou principalmente o reconhecimento de arrendamentos operacionais para as lojas da Companhia. A Administração decidiu adotar a abordagem retrospectiva modificada como método de transição em 1º de janeiro de 2019, e prospectivamente desde o início do primeiro período prático. A Administração optou em aplicar as duas isenções de reconhecimento propostas pela norma nos seguintes contratos: (i) locações de bens de curto prazo (inferior ou igual a doze meses); e (ii) arrendamentos de propriedade relacionados a ativos de baixo valor ou com valores variáveis. Aluguéis não incluídos na avaliação inicial do passivo (por exemplo, aluguéis variáveis) são classificados como despesas operacionais, assim como os encargos relacionados a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou com valores variáveis. O prazo do arrendamento é o período legalmente aplicável do contrato e levou em conta as opções de rescisão e renovação por vias judiciais, cujo uso pela Companhia é razoavelmente certo. Os fluxos de pagamentos de aluguéis, considerando a parcela bruta sem desconto nos créditos de PIS e COFINS, são ajustados a valor presente, considerando o prazo remanescente de cada contrato, e aplicado taxa de desconto que corresponde às cotações de mercado nas datas iniciais de cada um dos contratos de arrendamento e equivalente às captações com montantes que representam o total de investimentos para abertura de novas lojas. A taxa de desconto foi construída pela taxa nominal de desconto correspondente às cotações de mercado (referência em%) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI), adicionando o spread e reduzindo as garantias de conforme taxas de mercado dos principais bancos com os quais a Companhia opera. Foi considerada curva de taxa do CDI futura em função dos diferentes prazos de amortização dos contratos de arrendamento. A Companhia e suas controladas detêm 238 (238 em 31 de dezembro de 2018) contratos de compromissos de arrendamento mercantil operacional e destes, 178 (165 em 2018) contratos foram classificados como direito de uso de locação. **Mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso:** Dos contratos que foram escopo da norma, a Administração considerou o tratamento de arrendamentos somente o valor do aluguel e o termo fixo para fins de avaliação do passivo. Em 1º de janeiro de 2019, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, líquido de impostos, nos quais consideramos as renovatórias de acordo com a política interna, cujo prazo ocorre normalmente um ano antes do vencimento do contrato quando identificamos a "razoável certeza" da renovação. A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A Administração do Grupo optou por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, com isso mantendo o mesmo valor do passivo inicial de arrendamento. **ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Impostos sobre o Lucro:** Em dezembro de 2018, o CPC/IASB emitiu a ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Impostos sobre o Lucro, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro. Esse pronunciamento contábil tem vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia mantém discussão judicial referente a processos que envolvem o reconhecimento de créditos de imposto de renda e contribuição social gerados na apuração do lucro real de exercícios anteriores no montante de R\$9.913 que já foram compensados no pagamento de outros impostos e contribuições. A Administração entende que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal adotado, por isso o valor envolvido é informado na nota explicativa nº 17 no montante de processos com classificação de risco de perda como "possível". Não há outros valores em discussões que possam impactar de forma material a atuação desse pronunciamento.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2019
Caixa	–	5.693
Bancos conta movimento	8.239	39.122
Aplicações financeiras (*)	–	391.029
Total	8.239	435.844

(*) Em 31 de dezembro de 2019 as aplicações financeiras são representadas por: (i) aplicações automáticas no valor de R\$6.481 remuneradas à taxa de 10% da variação do CDI; e (ii) operações compromissadas, no montante de R\$384.548, remuneradas à taxa média ponderada de 93,9% do CDI.

6 Contas a Receber

	Consolidado 31/12/2019
Operadoras de cartões	418.610
Cheques a compensar	2.280
Boletos	5.712
Subtotal	426.602
Provisão para perdas esperadas de crédito	(769)
Total	425.833

Os saldos a receber por idade de vencimento estão distribuídos conforme segue:

	Consolidado 31/12/2019
Vencidos:	
De 1 a 30 dias	1.985
De 31 a 60 dias	15
De 61 a 90 dias	36
De 91 a 120 dias	15
De 121 a 150 dias	4
De 151 a 180 dias	7
Acima de 180 dias	666
A vencer:	
De 1 a 30 dias	123.974
De 31 a 60 dias	77.586
De 61 a 90 dias	67.105
De 91 a 120 dias	44.099
De 121 a 150 dias	34.141
De 151 a 180 dias	22.983
Acima de 180 dias	53.986
Total	426.602

A Administração mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente às perdas de crédito esperadas durante a vida útil. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. A movimentação da provisão para perdas esperadas de crédito está demonstrada a seguir:

	Consolidado 31/12/2019
Saldo no início do período	(805)
Complementos	(143)
Reversões	179
Saldo no fim do período	(769)

7 Estoques

	Consolidado 31/12/2019
Produtos acabados	235.610
Matérias-primas	76.506
Material de consumo e embalagens	8.169
Estoque em trânsito e adiantamentos a fornecedores	33.130
Provisão para perdas	(5.381)
Total	348.034

As controladas da Companhia constituem provisão para os estoques de giro lento e perdas estimadas no processo de derretimento de joias em ouro e prata de coleções descontinuadas ou adquiridas de clientes. São considerados como de giro lento os produtos não vendidos em até um ano. As perdas no processo de derretimento de joias não são relevantes percentualmente devido a tecnologia utilizada na recuperação das matérias-primas envolvidas (ouro, prata e pedras). A movimentação da provisão para perdas dos estoques está demonstrada a seguir:

	Consolidado 31/12/2019
Saldo no início do período	(3.161)
Complementos	(3.030)
Reversões	810
Saldo no fim do período	(5.381)

8 Impostos a Recuperar

	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (a)	–	34.141
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (a)	–	24.146
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (b)	–	49.509
Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (c)	–	148.221
Outros	3.155	7.574
Total	3.155	263.591
Ativo circulante	3.155	95.247
Ativo não circulante	–	168.344
Total	3.155	263.591

(a) IRPJ e CSLL: O crédito de IRPJ e CSLL foi apurado através da exclusão da sua base de cálculo do incentivo de ICMS da Zona Franca de Manaus, referente ao período de 2014 a 2016. A expectativa da realização dos créditos de IRPJ e CSLL é demonstrada a seguir:

	Consolidado 31/12/2019
Ano	11.497
2020	28.074
2021	28.074
2022	18.716
Total	58.267

(b) ICMS: Os valores a recuperar de longo prazo são créditos de ICMS gerados pelo acúmulo de saldo credor nas operações de joias Vivara localizadas em grande parte nos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas. Em Pernambuco, que concentra a maior parte desse saldo credor, o Grupo solicitou Regime Especial visando a não aplicação das Margens de Valor Agregado previstas no Anexo 12 do Decreto nº 44.850/2017; e caso não sejam acolhidas as preliminares, requer-se concessão do Regime Especial para recolhimento do ICMS devido por antecipação da seguinte forma: no primeiro ano, margem de valor agregado fixada em 5%; no segundo ano: margem de valor agregado fixada em 10%; e no terceiro ano: margem de valor agregado fixada em 20%. A expectativa da realização dos créditos de ICMS é demonstrada a seguir:

	Consolidado 31/12/2019
Ano	8.194
2020	14.171
2021	10.661
2022	7.116
Total	49.909

(c) PIS e COFINS: Reconhecimento dos créditos atualizados monetariamente de PIS e COFINS referente habilitação do crédito deferida pela Receita Federal em novembro de 2019 e cuja certidão de trânsito em julgado foi emitida em 15 de janeiro de 2019, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições federais. O montante de créditos registrado totaliza R\$157.358, dos quais R\$103.658 correspondente ao valor do principal e R\$53.700 a atualização monetária, conforme descrito nas notas explicativas nº 24 e nº 25, respectivamente. A partir de novembro de 2019, após a habilitação do crédito pela Receita Federal, a Tellerina compôs impostos federais no montante de R\$11.274.

Os saldos de PIS e COFINS a recuperar contemplam créditos originados em outras operações e atualização monetária no montante de R\$2.137. A expectativa da realização dos créditos de PIS e COFINS é demonstrada a seguir:

	Consolidado 31/12/2019
Ano	63.275
2020	69.188
2021	15.758
2022	148.221
Total	256.429

9 Investimento

	Patrimônio líquido	Participação no capital social	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Tellerina	466.458	99,99%	466.458	115.458
Conipa	567.011	99,99%	567.011	153.971
Total controladas diretas	1.033.469	–	1.033.469	269.429

a) Investimentos em controladas: A Companhia foi constituída em 23 de maio de 2019 e conforme instrumento de conferência de participação societária de 15 de junho de 2019, foi realizado o aporte das participações societárias da participação nas controladas Tellerina e Conipa. Todos os direitos e obrigações, de qualquer natureza, incluindo os efeitos e resultados patrimoniais da referida conferência de participação societária, a partir de 1º de junho de 2019 são atribuídos à Vivara Participações, conforme documento de anuência assinado pelos acionistas. **31 de dezembro de 2019:** A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	Consolidadora 31/12/2019
Saldo no início do período	651.909
Aporte de capital – cessão de cotas	(205.084)
Lucro não realizado em operações de controladas, líquido dos impostos	269.429
Resultado de equivalência patrimonial	394.567
Aporte de capital nas controladas	(5.942)
Dividendos distribuídos	(71.500)
Juros sobre capital próprio a receber	1.033.469
Saldo no fim do período	1.033.469

b) Investimentos em coligadas: O Grupo Vivara vendeu para a Telop Participações Ltda. sua participação societária na coligada PP-NMM Administração de Bens Ltda. ("PP-NMM") pelo valor patrimonial de sua participação no montante de R\$1.871. A PP-NMM tem como objeto social a aquisição e administração de bens próprios e de terceiros, para uso próprio e de terceiros, incluindo sem limitação, aeronaves.

10 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação – %	Custo	Depreciação acumulada	Valor Residual
Benefitárias em imóveis de terceiros	20	73.778	(45.045)	28.733
Móveis e utensílios	10	37.966	(19.266)	18.700
Máquinas, equipamentos e instalações	10	23.329	(10.858)	12.471
Veículos	20	1.443	(1.343)	100

... continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o período de 23 de maio (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Instituição e modalidade	Taxa	Vencimento	Consolidado 31/12/2019
Banco Safra – Capital de giro	120% da taxa média diária do CDI	01/2023	30.051
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	Prefixado – 0,49% a.a. a 0,81% a.m.	08/2020	2.203
Total de empréstimos em moeda local em moeda estrangeira			155.689
Banco Santander – Resolução 4131	LIBOR +0,75% a.m.	09/2020	24.419
Banco Itaú – Resolução 4131	Prefixado 4,675% a.a.	06/2021	42.921
Banco Itaú – Resolução 4131	Prefixado 0,54% a.a.	03/2020	47.325
Total empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira			114.665
Total de empréstimos e financiamentos			270.354
Instrumentos derivativos ativo – contratos de "swap"			
Banco Itaú – Derivativo Swap	US\$5,5% a.a.	06/2021	(8.115)
Banco Itaú – Derivativo Swap	EUR 0,72% a.a.	03/2020	(1.396)
Total de Instrumentos derivativos ativo – contratos de "swap"			(9.511)
Total de empréstimos e financiamentos, líquido			260.843
Ativo circulante			(6.796)
Ativo não circulante			(2.715)
Passivo circulante			190.934
Passivo não circulante			79.420
Total			260.843

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Saldo no início do período	259.998
Captações	112.636
Amortizações de principal	(115.665)
Liquidação contratos derivativos swap	2.821
Pagamento de juros	(10.920)
Fluxo de caixa de financiamento	(11.128)
Juros incorridos	8.962
Encargos financeiros de "swap" incorridos	(947)
Variação cambial	3.958
Variações que não envolvem caixa	11.973
Saldo no fim do período	260.843

Em 31 de dezembro de 2019, os montantes líquidos classificados no ativo e no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Consolidado 31/12/2019
De 1 a 2 anos	49.538
De 2 a 3 anos	27.167
Total	76.705

Parte dos contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras estão sujeitos a uma cláusula restritiva ("covenant"), que prevê como obrigação da Companhia o envio das demonstrações financeiras anuais, devidamente auditadas por auditores independentes, aceita pela entidade bancária que cedeu o empréstimo, e o enquadramento nas condições a seguir: O índice de endividamento líquido sobre o EBITDA deve ser menor que 2x em 2019 e 2020. O cálculo deve ser efetuado com base nas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, já que foi concluída alteração contratual para excluir desse cálculo a parte relacionada Etna Comércio de Móveis e Artigos para Decoração S.A. ("Etna"). A Companhia, com a Etna, tinha entre si ajustados a prática de avais cruzados nos contratos de empréstimos e financiamentos. Acordaram as companhias em desfazer estas garantias no decorrer do ano de 2019. As negociações com as instituições financeiras foram finalizadas e formalizadas e a Companhia não é avaliada dos contratos da empresa Etna. Para alteração dos avaliados nos contratos com o Banco do Brasil houve cobrança de tarifa no montante de R\$1.554. Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo estava adimplente com as referidas cláusulas.

17 Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários e Depósitos Judiciais

Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo possuía processos de natureza cível, trabalhista e tributária, cujo risco de perda foi considerado provável por seus assessores jurídicos, sendo:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributários (c)	Total
Provisão				
Saldo em 31 de maio de 2019	2.231	1.078	13.477	16.786
Adições	689	4.377	2.775	7.841
Pagamentos	(258)	(867)	–	(1.125)
Reversões	(1.007)	(661)	(6.600)	(8.268)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.655	3.927	9.652	15.234
Depósitos judiciais				
Saldo em 31 de maio de 2019	–	1.241	12.314	13.555
Adições	–	543	55	598
Atualização monetária	–	271	189	460
Reversões	–	(411)	(522)	(933)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	–	1.644	12.036	13.680

(a) **Processos cíveis:** Correspondem a ações renovatórias de aluguel de lojas, em que o Grupo é obrigado a pagar valores provisórios de aluguéis até o seu trânsito em julgado, com a constituição de provisão entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele determinado em ação judicial; e ações envolvendo direitos das relações de consumo, onde a provisão é calculada com base no histórico de perdas sobre a toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por tipo de reclamação. (b) **Reclamações trabalhistas:** Correspondem a ações trabalhistas movidas por ex-funcionários, relacionadas, em grande parte, a pedidos de pagamentos de horas extras e seus reflexos, equiparação salarial, férias e abono pecuniário, descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, 13º salário, danos morais, gratificações, vínculo empregatício e nulidade do banco de horas. A provisão é constituída considerando os processos com risco de perda provável e complementada com base no histórico de perda sobre a massa de processos classificados com risco de perda possível. (c) **Processos tributários:** Correspondem, em grande parte, a discussões judiciais sobre a constituição de créditos de PIS e COFINS tomados pelas controladas e a autos de infração relativos a ICMS no Estado de São Paulo e Santa Catarina. A partir de 15 de março de 2017, as controladas deixaram de incluir o ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS) e para a COFINS, considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF nessa data. Adicionalmente, as controladas possuem processo judicial ativo sobre o tema do qual detém decisão favorável conforme trânsito em julgado de 13 de dezembro de 2018. As reversões registradas correspondem quase em sua totalidade a prescrição de prazo para questionamento do Fisco em assuntos passíveis de discussão judicial referente a créditos de PIS e COFINS tomados e a composição de base de cálculo para tributação de imposto de renda e contribuição social. **Processos com risco de perda possível:** Em 31 de dezembro de 2019, a Administração não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais em andamento, para os quais, na avaliação dos seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível, sendo:

	Consolidado 31/12/2019
Cíveis	840
Reclamações trabalhistas	16.429
Riscos tributários (*)	411.890
Total	428.319

(*) Representados, em grande parte, por processos judiciais e autos de infração relacionados ao ICMS nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

18 Patrimônio Líquido

a) **Capital social:** Em 23 de maio de 2019 foi constituída a Vivara Participações, registrada na Junta Comercial de São Paulo, com posterior alteração contratual em 15 de junho de 2019 que transformou o tipo societário da Companhia, de sociedade limitada em sociedade por ações, aprovando a conversão das cotas sociais representativas do capital social em ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Neste ato também consolidou o capital social no valor de R\$651.909, totalmente subscrito e integralizado. Em 15 de agosto de 2019, conforme deliberado em Assembleia Geral extraordinária os sócios, foi aprovado o grupamento das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia à razão de 3 (três) ações para cada 1 (um) ação ordinária existente, cujas frações foram canceladas, resultando em um total de 217.303.107 ações ordinárias, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal. O limite do capital social autorizado da Companhia é de 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias. Em 8 de outubro de 2019 foi realizada reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovou, no âmbito da Oferta Pública de Ações, a fixação do preço de emissão de R\$24,00 por ação. O preço por ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"). Em 10 de outubro de 2019 foi concluída a Oferta Pública de Ações, passando a Companhia a ser listada na B3 S/A – Brasil, Bolsa e Balcão sob o código VIVA3. A oferta primária foi de 18.894.662 ações (R\$453.472) e a oferta secundária R\$6.131.317 ações R\$1.587.152). Os custos de emissão das ações no âmbito da Oferta Pública de Ações contemplam as comissões pagas aos Bancos e Corretoras, honorários dos auditores externos, consultores e advogados, taxas de registro e demais gastos relacionados a oferta e totalizaram R\$53.041. Em 31 de dezembro de 2019 o capital social é distribuído da seguinte forma:

	31/12/2019
Vivara Participações	
Nelson Kaufman	46.734.605
Marcio Monteiro Kaufman	51.743.159
Marina Kaufman Bueno Netto	33.263.460
Paulo Kruglensky	11.087.819
Ações em circulação	93.368.726
Total	236.197.769

b) **Reserva de incentivo fiscal:** As controladas constituíram reservas para os incentivos fiscais: • Do lucro da exploração com a redução de 75% do valor do IRPJ; o benefício foi concedido em 2010 para a Tellerina e foi usufruído até agosto de 2016, data da cisão que constituiu a Conipa, que obteve a concessão do benefício com vigência até dezembro de 2024. • De subvenção para investimento e custeio, referente a incentivo fiscal de ICMS na Zona Franca de Manaus, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pará. A movimentação dessas reservas está demonstrada a seguir:

	Consolidado 01/06/2019	Adições 31/12/2019	Baixas 31/12/2019	Total 31/12/2019
Incentivos ICMS	45.892	45.892	–	91.784
Incentivo Lucro da Exploração	–	15.510	–	15.510
Total	–	61.402	–	61.402

c) **Política de distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos obedecerá às destinações de seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades Anônimas, os quais contém as seguintes destinações: • 5% para reserva legal. • Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido em Assembleia Geral, entre tanto, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal e a formação de reserva para contingências). • Conforme artigo 33, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia, o percentual remanescente do lucro líquido será destinado para a formação da "Reserva Estatutária de Lucros", que tem por objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia recebeu R\$5.942 em dividendos de suas controladas e distribuiu R\$2.942 em dividendos aos controladores. Em 20 de dezembro foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio à razão de R\$0,163496 (centavos de real) por ação, totalizando R\$40.000 com base nos lucros auferidos em 2019. O pagamento será efetuado em parcela única, até 10 (dez) dias após a Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2020, com a retenção de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor. Serão beneficiados os acionistas inscritos nos registros da sociedade em 27 de dezembro de 2019, passando as ações, a serem negociadas "ex-direito" aos Juros Sobre o Capital Próprio a partir do dia 30 de dezembro de 2019.

	Consolidado 31/12/2019
Lucro líquido do período	257.791
Lucros não realizados em operações de controladas	(205.084)
Base de cálculo para Reserva Legal	52.887
Reserva Legal (5%)	(2.644)
Base de cálculo para dividendos	202.950
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	12.561
Distribuição adicional de Juros sobre capital próprio	27.439

A Companhia receberá de suas controladas o montante bruto de R\$71.500 (R\$60.775 líquido dos impostos) a título de Juros sobre o Capital Próprio referente aos lucros auferidos em 2019. d) **Lucros não realizados em operações de controladas:** A Companhia registrou em prejuízos acumulados, os saldos de lucros não realizados em operações entre suas controladas. Os lucros não realizados se referem aos produtos adquiridos pela Tellerina de sua coligada Conipa e que não foram revendidos para terceiros na data do aporte de capital em 15 de junho de 2019. Os saldos dessas operações foram registrados considerando o efeito líquidos dos impostos sobre o lucro e contribuição social.

19 Partes Relacionadas

	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2019
Saldos		
Ativo		
Juros sobre capital próprio a receber:		
Tellerina	35.275	–
Conipa	25.500	–
Total	60.775	–
Circulante	60.775	–
Total	60.775	–
Passivo		
Aluguéis a pagar:		
Etna Comércio de Móveis e Artigos para Decoração S.A. (a)	–	88
Total	–	88
Circulante	–	88
Total	–	88

(a) Aluguel a pagar com vencimento no mês subsequente, corrigido anualmente pelo IPCA, e com previsão de multa de 10% no pagamento fora do prazo, conforme contrato firmado de sublocação de

imóvel para fins não residenciais, com vigência até setembro de 2020. O empréstimo com o Banco Santander – Resolução 4131 (conforme nota explicativa nº 17) tinha como garantia, sem custo para a Companhia, uma aplicação financeira de uma empresa de um dos acionistas da Vivara. Em novembro esta garantia foi substituída e a operação passou a ser garantida pelos ativos da Tellerina. Em 15 de agosto de 2019, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2019 em até R\$20.000, tendo sido pagos e provisionados os seguintes montantes em 31 de dezembro de 2019:

	Consolidado 31/12/2019
Conselho de Administração	560
Diretores estatutários	2.456
Total	3.016

Adicionalmente, em 15 de agosto de 2019, na Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração aprovou a "Política de Remuneração" da Companhia que tem como base a negociação individual com cada um desses membros, orientada entre outros fatores, por pesquisas salariais ao setor de varejo, principalmente a partir de similares de atuação da Companhia, observadas as disposições da referida política. Em 31 de dezembro de 2019, os salários, encargos sociais e benefícios têm sido provisionados os seguintes montantes:

	Consolidado 31/12/2019
Diretores estatutários das subsidiárias e diretores executivos	3.125
Total	3.125

20 Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	268.275
Alíquota nominal combinada	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(91.214)
Diferenças permanentes:	
Resultado de equivalência patrimonial	91.606
Outras diferenças permanentes	14
Juros sobre o capital próprio a pagar	13.600
Juros sobre o capital próprio a receber	(24.310)
Incentivo fiscal – lucro da exploração	–
Incentivo fiscal – crédito presumido ICMS	–
Total	(10.304)
Comentários	(10.304)
Diferidos	880
Total	(9.424)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado 31/12/2019
Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias:	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	769
Provisão para perdas dos estoques	5.381
Provisão despesas	58.509
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	15.234
Prejuízo fiscal	79.519
Total	159.412
Alíquota nominal combinada	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	54.200

c) **Realização esperada de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis futuros que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

	Consolidado 31/12/2019
Em 31 de dezembro de 2019	Valor
Até 1 ano	24.396
De 1 a 2 anos	21.693
De 2 a 3 anos	8.111
Total	54.200

21 Receita Líquida de Vendas de Mercadorias e Serviços Prestados

	Consolidado 23/05/2019 a 31/12/2019
Receita bruta de vendas de mercadorias	1.136.150
Receita bruta de serviços prestados	3.988
Deduções da receita bruta:	
ICMS	(132.441)
COFINS	(62.113)
PIS	(14.104)
FTT (*)	(4.619)
ISS	(199)
Devoluções de vendas/trocas	(176.995)
Total	(749.667)

Os valores de ICMS estão líquidos do incentivo fiscal da mesma natureza citada na nota explicativa nº 18 (R\$45.892 em 31 de dezembro de 2019). (*) O Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviço e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas "F.T.I." é um tributo estadual devido pela Conipa em suas vendas de produtos industrializados na Zona Franca de Manaus para os demais Estados da Federação.

22 Despesas por Natureza

O Grupo Vivara apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir: a) Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

	Consolidado 23/05/2019 a 31/12/2019
Custo de aquisição de mercadorias e matérias-primas e produtos para revenda	(200.174)
Pessoal	(13.258)
Aluguéis e condomínios	10
Depreciação e amortização	(939)
Energia, água e telefone	(364)
Fretes	(1.144)
Total	(215.869)

b) Despesas com vendas

	Consolidado 23/05/2019 a 31/12/2019
Pessoal	(11.763)
Fretes	(14.376)
Despesas de marketing/vendas	(33.671)
Serviços profissionais contratados	(7.959)
Aluguéis e condomínios	(28.651)
Comissão sobre cartões	(15.941)
Energia, água e telefone	(3.516)
Outras despesas por natureza	(8.271)
Total	(224.148)

c) Despesas gerais e administrativas

	Controladora 23/05/2019 a 31/12/2019	Consolidado 23/05/2019 a 31/12/2019
Pessoal	(848)	(50.742)
Serviços profissionais contratados	(72)	(24.183)
Aluguéis e condomínios	–	(76)
Energia, água e telefone	–	(1.039)
Depreciação e amortização	–	(28.194)
Outras despesas por natureza	(144)	(17.164)
Total	(1.164)	(121.398)

23 Informações sobre os Segmentos

O Grupo possui apenas um segmento operacional definido como varejo. O Grupo está organizado, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins comerciais e gerenciais. As informações são apresentadas de forma consistente para o principal tomador de decisões do Grupo que é o CEO, responsável pela alocação de recursos e avaliação das operações. Essa visão está baseada nos seguintes fatores: • A produção da unidade fabril atende substancialmente as lojas de varejo do Grupo, vendas "on-line" e as vendas no canal B2B. • As decisões estratégicas do Grupo estão embasadas: – Na busca por insumos certificados e de notável qualidade, além de novas tecnologias para a linha de produção. – Estudos que apontam oportunidades de expansão, tendências do mercado varejista e de moda internacional e de canais de distribuição. • As avaliações de receitas obtidas pelo Grupo são feitas por categoria e canal de vendas. Os produtos do Grupo são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio. São distribuídos por categoria e canais de venda diferentes, no entanto, o CEO, avalia o desempenho total do Grupo, o resultado comercial, gerencial e administrativo, considerando que toda a estrutura de custos e despesas é compartilhada por todas as categorias de produtos. Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por categoria e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado 23/05/2019 a 31/12/2019
Receita bruta, menos devoluções	489.239
Jóias	286.736
Life	155.128
Relógios	28.051
Acessórios	3.988
Serviços	963.149
Lojas	882.510
"On-line"	71.173
Outros	9.459
Total	963.142

24 Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

	Consolidado 23/05/2019 a 31/12/2019
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(26)
Perdas esperadas de crédito	(36)
Créditos tributários (*)	103.658
Baixa de bens do ativo imobilizado	227
Outras receitas	1.007
Total	104.758

(*) Créditos de PIS e COFINS conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

25 Receitas Financeiras

	Controladora 23/05/
--	------------------------

Assim, para a análise de sensibilidade está sendo aplicado somente o montante de R\$39.326, resultado das considerações explicitadas anteriormente. A taxa de câmbio do dólar norte-americano, no fechamento das demonstrações financeiras, foi de R\$4.0307. Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses decorrente dos riscos de flutuação de moeda estrangeira, foi elaborada análise de sensibilidade ao risco da taxa de câmbio dos empréstimos em três cenários. No cenário I foi definida a taxa de câmbio de R\$4,3190 com base na cotação do dólar norte-americano futuro negociado na B3, limitado a 12 meses. Nos cenários II e III foram projetados a 25% e 50% respectivamente a valorização do dólar norte-americano.

Risco do Grupo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Valor nocial da exposição líquida (em moeda estrangeira)	9.757	9.757	9.757
Valor nocial da exposição líquida (em moeda local)	39.326	39.326	39.326
Valor justo projetado (em moeda local)	42.139	52.674	63.209
Impacto da variação cambial	2.813	13.348	23.882
Taxa do dólar norte-americano	4,3190	5,9987	6,4785

Risco de taxa de juros: Considerando que em 31 de dezembro de 2019 quase que a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possuem contratos de "swap", trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira para a variação do CDI, devido à política do Grupo de proteção de riscos cambiais, o risco passa a ser a exposição à variação do CDI. A seguir, está apresentada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

Total dos empréstimos e financiamentos expostos ao CDI 155.689
A Administração entende que, considerando um baixo risco de grandes variações no CDI em 2019, entretanto na análise de sensibilidade para o risco de aumento na taxa CDI que afetaria as despesas financeiras das Empresas, foram considerados dois cenários projetados, com aumento de 25% e 50% da taxa do CDI respectivamente.

Risco do Grupo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Financiamentos expostos a variação do CDI	155.689	155.689	155.689
Valor justo projetado	155.689	158.009	160.329
Impacto da variação do CDI	-	2.320	4.640
Taxa do CDI	5,96%	7,45%	8,94%

e) Gestão de risco de crédito: As vendas são efetuadas para um grande número de clientes e substancialmente recebidas por cartões de crédito e débito, sendo o risco de crédito minimizado. **f) Gestão de risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de

captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Até	Até	De 2 a	Acima	Total
	1 ano	2 anos	5 anos	de 5 anos	
Fornecedores	36.421	-	-	-	36.421
Empréstimos e financiamentos	204.817	56.895	28.535	-	290.247
Arrendamentos direito de uso a pagar	43.452	43.452	129.623	105.684	322.211

g) Valor justos dos instrumentos financeiros: A Companhia utiliza, quando aplicável, o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais as controladas podem ter acesso na data de mensuração. • Informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. • Informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2019, todos os instrumentos financeiros derivativos estavam agrupados no Nível 2. O valor justo de recebíveis de administradoras de cartões de crédito são avaliados no Nível 2.

30 Pagamento Baseado em Ações

A Companhia aprovou em 18 de setembro de 2019 plano de remuneração baseado em ações ("Plano"), o qual possui os seguintes termos e condições: **(a) Termos e condições gerais:** O Plano será administrado pelo Conselho de Administração. Na medida em que for permitido por lei e pelo estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: a) A criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções, nos termos do Plano, a solução de dúvidas de interpretação do Plano. b) A eleição dos Participantes e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas. c) A aprovação dos Contratos de Opção a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Participantes, observadas as determinações do Plano. d) A emissão de novas Ações dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de Ações em tesouraria para satisfazer o exercício de Opções outorgadas, nos termos do Plano e da ICVM 567. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no Plano, ficando claro que o Conselho de

Administração poderá tratar de maneira diferenciada os administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a entender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns a seu exclusivo critério. O Conselho de Administração poderá, ainda, estabelecer tratamento especial para casos excepcionais durante a eficácia de cada direito de Opção, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes nem os princípios básicos do Plano. Tal disciplina excepcional não constituirá precedente invocável por outros Participantes. As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano. Em 31 de dezembro de 2019 não houve outorga de ações aos beneficiários.

31 Cobertura de Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores, em 31 de dezembro de 2019, é assim demonstrada: • Danos materiais estoque – R\$172.619 (vigente até fevereiro de 2020). • Danos patrimoniais e frotas – R\$14.400 (vigente até abril de 2020).

32 Eventos Subsequentes

Nas últimas semanas, a Administração vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao COVID-19, observando com a devida atenção as orientações das autoridades brasileiras e internacionais. A Companhia vem adotando diversas medidas de prevenção para preservarmos a saúde de seus colaboradores, fornecedores e parceiros, assim como a saúde de nosso negócio. É importante ressaltar que o tempo de duração da situação de reclusão da população em suas casas, além do alcance e intensidade que o vírus poderá se espalhar nas diferentes regiões do país, fazem com que, nesse momento, a Companhia não tenha uma estimativa dos impactos do COVID-19 sobre seus resultados em períodos subsequentes. A Companhia reforça possuir solidez financeira, dispo de alta liquidez imediata, além de contas a receber no valor de R\$425.833, estoques de metais preciosos e produtos acabados de R\$348.034, recursos materiais para atravessar esse período desafiador.

33 Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas e aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2020.

Contador

Membros da Diretoria Estatutária

Márcio Monteiro Kaufman Diretor Presidente	Otávio Chacon do Amaral Lyra Diretor de Relações com Investidores	Paulo Kruglensky Vice-Presidente de Operações Marina Kaufman Bueno Netto Diretora de Marketing	Josemir da Silva Diretor Financeiro Carla Rosana Sgrott Sauer Diretora de Recursos Humanos	Rodrigo Alberto Ferreira CRC 1SP 254.508/O-1
--	---	---	---	--

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da Vivara Participações S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 15º andar, Torre A, conjunto comercial nº 152, Chácara Santo Antônio, CEP 04711-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.839.910/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período de 23 de maio (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada. São Paulo, 23 de março de 2020.

Márcio Monteiro Kaufman Diretor Presidente	Paulo Kruglensky Diretor Vice-Presidente de Operações	Josemir da Silva Diretor Financeiro	Otávio Chacon do Amaral Lyra Diretor de Relações com Investidores	Carla Rosana Sgrott Sauer Diretora de Recursos Humanos	Marina Kaufman Bueno Neto Diretora de Marketing
--	---	---	---	--	---

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da Vivara Participações S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 15º andar, Torre A, conjunto comercial nº 152, Chácara Santo Antônio, CEP 04711-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.839.910/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período de 23 de maio (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada. São Paulo, 23 de março de 2020.

Márcio Monteiro Kaufman Diretor Presidente	Paulo Kruglensky Diretor Vice-Presidente de Operações	Josemir da Silva Diretor Financeiro	Otávio Chacon do Amaral Lyra Diretor de Relações com Investidores	Carla Rosana Sgrott Sauer Diretora de Recursos Humanos	Marina Kaufman Bueno Neto Diretora de Marketing
--	---	---	---	--	---

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores do **Vivara Participações S.A.**
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vivara Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 23 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2019, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vivara Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de 23 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Registro dos efeitos da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos. Porque é um PAA:** As controladas da Companhia possuem compromissos decorrentes de contratos de arrendamento operacional e, a partir de 1º de janeiro de 2019, passaram a ser requeridas a contabilizar essas operações de acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos. Esse novo pronunciamento técnico introduziu aspectos contábeis complexos para a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento. Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria, pois: (i) refere-se à adoção de um pronunciamento técnico que apresentou um efeito material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme divulgado na nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas; (ii) há julgamento envolvido quanto às taxas de juros consideradas para cálculo dos valores do passivo; (iii) há julgamento envolvido na determinação dos prazos a serem considerados em cada contrato de arrendamento mercantil; e (iv) há julgamento aplicado na contabilização inicial com relação às regras de transição. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a discussão sobre os critérios utilizados para identificação e classificação dos contratos de arrendamento mercantil, prazos desses arrendamentos e taxas de desconto utilizadas; (ii) a análise das políticas contábeis estabelecidas pela Administração em comparação com os requisitos do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16; (iii) o teste documental através de amostragem dos contratos de arrendamento operacional, base para o cálculo, e adequação dos fluxos de arrendamento e critérios de cálculo para determinar os efeitos nas demonstrações financeiras; e (iv) o envolvimento dos nossos especialistas para análise das premissas da Administração na adoção da taxa de desconto e nos cálculos efetuados para determinar os efeitos da adoção desse novo pronunciamento

técnico. Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a apuração e os critérios para avaliação dos efeitos de adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16, sua contabilização e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao período de 23 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas anteriormente e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influen-

ciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
CRC nº 2SP 011.609/O-8

São Paulo, 23 de março de 2020.
Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1PR 045.179/O-9

Deloitte